

Senado aprova a criação da Agência Nacional de Águas

Novo órgão regulador, com autonomia administrativa e financeira, terá a responsabilidade de implementar a política nacional de recursos hídricos. Proposta, que provocou debate em Plenário, segue agora para sanção presidencial



Projeto de lei que cria a Agência Nacional de Águas (ANA) foi aprovado ontem pelo Senado. De iniciativa do Executivo e aprovada anteriormente pela Câmara dos Deputados, a proposta será agora encaminhada para sanção do presidente da República. Com a responsabilidade de implementar a política nacional de recursos hídricos, a ANA provocou mais de três horas de debate, com a participação de vários senadores. No final, foram rejeitadas todas as emendas apresentadas.

PÁGINA 3

Foram mais de três horas de debate no Plenário do Senado antes da aprovação do projeto de lei que cria a Agência Nacional de Águas

SENADORES DEBATEM PLANO DE SEGURANÇA PÚBLICA ANUNCIADO PELO GOVERNO

Eduardo Suplicy e Lúcio Alcântara comentaram ontem o Plano Nacional de Segurança Pública, recebido por Antonio Carlos Magalhães (foto) das mãos do ministro da Justiça.

PÁGINA 8



Na sessão do Congresso Nacional à noite, o senador Maguito Vilela justifica seu projeto de conversão à medida provisória sobre os esportes

CONGRESSO ACOLHE O PROJETO DE CONVERSÃO À MP QUE ALTERA LEI PELÉ

PÁGINA 2

CCJ examina hoje relatório sobre processo contra Estevão

Documento sobre processo de cassação do senador do DF será votado em reunião da CCJ que começa às 10h.

PÁGINA 5

CAE aceita conselheiros indicados para o Cade

A indicação de três novos conselheiros e do presidente do Cade deve ser examinada agora pelo Plenário.

PÁGINA 4

CAE analisa projeto que altera a Lei Kandir

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá se reunir hoje para apreciar parecer do relator, senador José Alencar (PMDB-MG), favorável ao projeto de iniciativa do Executivo que altera a Lei Kandir. Entre as modificações está a permissão da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na aquisição de energia elétrica oriunda de outro estado quando não destinada à comercialização ou à industrialização. O projeto tramita em regime de urgência constitucional, solicitada pelo presidente da República.

Também constam da pauta da CAE, que é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), dois pareceres do senador Romero Jucá (PSDB-RR) favoráveis a contratações de crédito do Brasil com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) e o Banque Nationale de Paris (BNP), para financiar o Projeto Pró-Amazônia/Promotec.

O Projeto Pró-Amazônia tem como principal objetivo fortalecer e garantir a presença da Polícia Federal na Amazônia Legal. Constitui-se em instrumento do governo para a implementação da Política Nacional Integrada para a Região Amazônica. Sua meta final é elevar a qualidade de vida das populações da região, mediante o crescimento econômico sustentável, o pleno aproveitamento das potencialidades naturais e culturais e a internalização e melhor distribuição das riquezas.

Já o Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal (Promotec) visa a uma atuação global e permanente da Polícia Federal nas regiões não abrangidas pelo Projeto Pró-Amazônia. O Promotec atuará mediante o fortalecimento institucional das atuais unidades e a fixação de novas unidades operacionais em áreas críticas.

Mudanças na Lei Pelé envolvem patrocínios, contratos e tribunais

Congresso aprova projeto de conversão da medida provisória que modifica aspectos importantes da estrutura do esporte brasileiro

O Congresso Nacional aprovou ontem o projeto de conversão da medida provisória que modifica a chamada Lei Pelé, relatado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Segundo o parlamentar, a matéria aprovada "está em consonância com a maioria dos desportistas brasileiros e se constitui no texto ideal para o esporte no país".

Entre as várias alterações introduzidas está a proibição de uma pessoa física ou jurídica ser sócia ou detentora de participação de capital social de mais de um clube esportivo participante da mesma competição profissional.

Para Maguito, o texto aprovado evitará também que empresas investidoras, sobretudo estrangeiras, adquiram o controle acionário — mais de 51% — de qualquer clube de futebol. Além disso, explicou, a lei impedirá que empresas tenham influência nos resultados dos jogos, resguardará o patrimônio dos clu-

bes e associados e evitará a criação de cartéis e oligopólios. Ele advertiu que há cinco grandes grupos econômicos do mundo interessados em comprar os 16 maiores clubes esportivos brasileiros.

Por outro lado, o projeto de conversão aprovado libera o patrocínio, o licenciamento de uso de marcas e símbolos e a publicidade de uma empresa privada para mais de uma entidade esportiva, desde que não importem na administração direta ou na co-gestão das atividades desportivas profissionais. Impede, contudo, que rádios e TVs, inclusive as por assinatura, patrocinem clubes, e obriga a transmissão dos jogos da seleção brasileira de futebol por pelo menos uma rede de TV nacional, de sinal aberto.

Pelo texto, o contrato de trabalho dos atletas terá prazo determinado, nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos. Para o primeiro contrato do atleta maior

de 16 anos, a matéria estabelece prazo máximo de quatro anos, com o clube formador tendo preferência para a primeira renovação. A iniciativa acaba com a "lei do passe".

Quando da rescisão dos contratos, o valor da indenização será livremente estabelecido entre atleta e clube até o limite máximo de cem vezes o valor da remuneração anual. No caso de transferências internacionais, a indenização não terá limite, desde que tal cláusula esteja expressa no contrato.

Outra modificação na Lei Pelé foi a desobrigação de os clubes transformarem-se em empresas, o que passará a ser facultativo. O texto ampliou a composição do Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro, recriou o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) e constituiu comissões disciplinares integradas por membros não participantes do STJD e dos tribunais de Justiça Desportiva (TJD).

Maguito destaca separação entre esporte e bingos

Uma das maiores conquistas da comissão mista encarregada de analisar as alterações na Lei Pelé foi a separação dos bingos da legislação sobre esportes, avaliou o senador Maguito Vilela, que, como relator, apresentou o projeto de conversão aprovado ontem.

Os recursos decorrentes da atividade de bingo financiam, conforme a legislação atual, os esportes olímpicos.

Segundo Maguito, o presidente Fernando Henrique Cardoso deverá editar uma medida provisória disciplinando o financiamento das modalidades esportivas e apontando as fontes de recursos. Os bingos ainda deverão participar da gestão do esporte dito amador, previu, mas



Maguito: projeto de conversão aprovado pelo Congresso

em condições totalmente diferentes das propostas na MP agora modificada pelo Congresso.

Maguito Vilela destacou ainda os principais pontos do projeto de conversão à medida provisória. Para ele, a proibição de uma mesma empresa ser acionista de mais de um clube na mesma competição vai garantir a lisura do esporte.

Para ilustrar a importância da participação de grupos econômicos no futebol, Maguito apresentou dados segundo os quais o futebol movimentava R\$ 350 bilhões anuais no mundo, e os cinco maiores conglomerados do planeta demonstraram interesse em participação nos 16 principais clubes brasileiros.



QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR nº 63/2000, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até 17 milhões e 800 mil Direitos Especiais de Saque (aproximadamente US\$ 25 milhões), de principal, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste; PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata; primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 86/99, que altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar recursos mínimos para ações e serviços públicos de saúde; PDL nº 239/99, que renova a concessão da Orlândia Rádio Clube para serviço de radiodifusão sonora em Orlândia (SP); PDL nº 269/99, que outorga permissão à Fundação de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo para executar serviço de radiodifusão sonora em Toledo (PR); PDL nº 52/2000, que outorga permissão à Rádio FM da Ilha para serviço de radiodifusão sonora em Barra de Coqueiros (SE); PDL nº 93/2000, que outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional para serviço de radiodifusão de sons e imagens em Itajaí (SC); e PDL nº 47/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, entre os governos do Brasil e de Angola.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: entre outros, PLC nº 22/2000, altera dispositivos da Lei Complementar nº 87/96, que dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; Mensagem nº 132/2000, que propõe seja autorizada operação de crédito externo, nos valores de US\$ 167,9 milhões e US\$ 44,6 milhões, com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinadas, a primeira, ao financiamento de 85% no valor dos bens e serviços referentes à parte alemã, que integram o projeto Pró-Amazônia/Promotec; e, a segunda, a 15% da respectiva aquisição, bem como de serviços a serem prestados por empresas brasileiras. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 19*
10h — Comissão Mista destinada a apreciar a MP 1988-21, que dispõe sobre operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89.

Pauta: discussão do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Após Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: apreciação do relatório sobre a Representação nº 2/99, oferecida para apurar quebra de decoro parlamentar do senador Luiz Estevão. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovada criação da Agência Nacional de Águas

Vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, mas com autonomia administrativa e financeira, caberá à ANA implementar a política de recursos hídricos, assim como outorgar o direito de uso de mananciais sob o domínio da União

Após mais de três horas de debate, o Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia federal com autonomia administrativa e financeira vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a responsabilidade de implementar a política nacional de recursos hídricos. A matéria segue agora para sanção presidencial.

Caberá à nova agência promover a supervisão, o controle e a avaliação das ações e atividades decorrentes do cumprimento de legislação federal sobre a utilização de recursos hídricos do país, assim como disciplinar, em caráter normativo, a política nacional de recursos hídricos. Também vai competir à ANA coordenar a elaboração e supervisionar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Também será a agência que irá outorgar o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, assim como fiscalizar o uso autorizado. À ANA também competirá a elaboração de estudos técnicos para subsidiar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos na definição dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos sob

domínio da União. A arrecadação, distribuição e aplicação das receitas advindas dessas cobranças também serão da competência da nova agência reguladora.

A direção da agência será composta por um colégio de cinco membros, nomeados pelo presidente da República, com mandatos não coincidentes de quatro anos, admitida uma única recondução consecutiva. Com a lei de criação da ANA em vigência, a agência terá 36 meses para constituir quadro de pessoal próprio mediante concurso público ou redistribuição de servidores de outros órgãos, autarquias e fundações federais.

Quanto às receitas da ANA, além dos recursos decorrentes das cobranças sobre o uso de recursos hídricos de domínio da União, a agência contará com verbas do Orçamento da União e provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades, organismos e empresas nacionais e internacionais. Caberá ao Executivo, no prazo de noventa dias contados a partir da sanção da lei, por decreto presidencial, estabelecer a estrutura regimental da agência e determinar sua instalação.

Para relator, novo órgão trará "gestão moderna" ao setor

Os três relatores do projeto que cria a Agência Nacional de Águas (ANA) disseram ontem em Plenário que a proposta não promove choque de competências entre a agência e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nem retira atribuições do conselho. Bernardo Cabral (PFL-AM), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Gilvam Borges (PMDB-AP) — que relataram a matéria, respectivamente, nas comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Sociais e Serviços de Infra-Estrutura — defenderam a rejeição de todas as emendas apresentadas ao projeto com o objetivo de corrigir o suposto conflito de atribuições.

Cabral admitiu que emenda de José Fogaça (PMDB-RS) — prevenindo que os nomes indicados pelo presidente da República para a diretoria da ANA sejam submetidos à apreciação do Senado — de fato corrigia um equívoco e teria sido acolhida por ele na CCJ caso o próprio Fogaça não a tivesse retirado após o líder do governo,

senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ter assumido o compromisso "de que não haverá nenhuma indicação de diretor sem prévia consulta ao Senado".

Em favor da manutenção do substitutivo da Câmara dos Deputados, Cabral lembrou à senadora Heloísa Helena (PT-AL), autora de cinco das emendas destacadas para votação em separado pelo Plenário, que o cuidado dela em diferenciar as atribuições da ANA e do CNRH foi o mesmo que levou os deputados da oposição a modificarem a proposta original do Executivo. As atribuições do CNRH, insistiu, estão asseguradas na Lei das Águas, e a criação da ANA não subtrai qualquer das responsabilidades a ele atribuídas.

Com a criação da ANA, acrescentou ele, estaria sendo dado o último passo para estabelecer uma "gestão moderna dos recursos hídricos do país", processo iniciado em 1978 com a criação do Comitê de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas.



Os senadores decidiram rejeitar todas as emendas apresentadas ao projeto, mantendo integralmente o texto aprovado pela Câmara

Transposição de rios foi o tema que provocou maior polêmica

Por 35 votos a 28 e duas abstenções, o Plenário rejeitou emenda do senador Paulo Souto (PFL-BA) que atribuía ao Congresso a solução de "conflitos entre as unidades da Federação decorrentes de obras de engenharia nos rios compreendidos como bens da União, e que impliquem prejuízos de fluxo hídrico". No projeto, tal competência é atribuída ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Declarando-se inteiramente favorável à criação da ANA, Paulo Souto afirmou que, nos casos de transposição de bacias diferentes em estados diferentes, o Congresso seria o "melhor agente de conciliação en-

tre os diversos interesses dos estados". Heloísa Helena (PT-AL) defendeu a submissão das agências reguladoras "ao controle social". José Eduardo Dutra (PT-SE) lamentou a falta de uma cultura regulatória no país e disse que, se a água é "o ouro do terceiro milênio", como muitos senadores afirmaram, seria necessário maior cuidado "para não entregar o ouro para o bandido".

Para Jader Barbalho (PMDB-PA), a maior parte das emendas debatidas em Plenário não deveriam ter sido dirigidas ao projeto da ANA, mas à Lei das Águas, que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Senadores analisam proposta que eleva verbas para saúde

O Senado inicia hoje a discussão, em primeiro turno, de proposta de emenda constitucional que assegurará recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Ela aumenta o volume de recursos aplicados pela União, estados e municípios no setor, definindo suas fontes.

Também deve ser votado projeto do governo que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, cujo objetivo é manter a diversidade biológica e garantir o desenvolvimento sustentável e a subsistência das populações tradicionais.

Na mesma sessão, o Plenário decide sobre projeto que limita a publicidade de produtos derivados do tabaco e do álcool a ambientes fe-

chados. Pelo texto, fica proibida a publicidade desses produtos em equipamentos de *camping* e em brindes promocionais, assim como por meio de rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, impressos, *outdoors*, cartazes e *displays*, exceto em ambientes fechados.

Em regime de urgência, o Senado decidirá se autoriza o Brasil a contrair empréstimo equivalente a, aproximadamente, US\$ 25 milhões, destinado ao financiamento de assentamentos da reforma agrária na região semi-árida do Nordeste.

Será votado também projeto de resolução autorizando o estado de São Paulo a conceder contragarantia em operação de crédito, de US\$ 200 milhões, destinada às obras de depuração do rio Tietê.

Plenário deve apreciar hoje piso salarial diferenciado

O Senado deve deliberar hoje a decisão sobre o projeto do governo que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem piso salarial diferenciado. Pela proposta, o menor salário nessas unidades federativas poderá ser definido levando em consideração a extensão e a complexidade do trabalho para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou parecer favorável e rejeitou as emendas apresentadas. Ele disse que a iniciativa pode contribuir para uma melhor distribuição da renda no país e representa mais um passo no sentido do aprimoramento institucional, além de se constituir em um avanço da democracia participativa e de descentralizar as decisões sobre o piso salarial.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) discorda. Para ele, ao contrário, o governo Fernando Henrique Cardoso tem dado pouca atenção à questão salarial, que, no seu entender, é a raiz do problema da criminalidade crescente, "que está se constituindo em verdadeira guerra civil". Suplicy recomenda a adoção de programas de renda mínima, que propiciem a cada brasileiro uma receita básica para sobreviver, como a solução para a violência. Ele diz não entender por que Fernando Henrique teima em não pôr em prática uma ideia aceita por economistas de todo o mundo.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que a adoção de um salário mínimo regional será mais um instrumento na "perversa guerra fiscal" que os estados brasileiros travam. Na opinião de José Eduardo Dutra (PT-SE), o governo poderia agora até retirar do Congresso o projeto que autoriza os estados a instituir salários mínimos diferenciados, pois já teria atingido a meta de aprovar o salário mínimo de R\$ 151. Segundo Dutra, a proposta era uma "pílula dourada", apresentada quando se debatia o novo valor do salário mínimo.

CAE acata novos nomes para direção do Cade

As indicações para a presidência e para o conselho do órgão receberam o voto favorável dos 22 senadores presentes à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Caberá ao Plenário do Senado a decisão final

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem as indicações do novo presidente e de três novos conselheiros para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Todos os nomes foram aprovados por unanimidade pelos 22 senadores presentes. As indicações serão ainda apreciadas no Plenário do Senado.

Para presidente, foi aprovado o nome do desembargador federal aposentado João Grandino Rodas. Juiz de carreira, Rodas foi também consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Formado em Direito, Letras e Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP), ele tem mestrado em Direito pela Harvard Law School, dos Estados Unidos.

Para conselheiros, foram aprovadas as indicações de Thompson Almeida Andrade, Celso Fernandes Campilongo e Afonso Arinos de Melo Franco Neto. Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Thompson é doutor em Economia pela Universidade de Londres. Campilongo, com

doutorado pela USP, é autor de seis livros sobre Filosofia e Teoria Geral do Direito.

Já Afonso Arinos Neto, formado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), é mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, onde é professor assistente. Os relatórios favoráveis às indicações foram apresentados à CAE, respectivamente, pelos senadores Wellington Roberto (PMDB-PB), Pedro Piva (PSDB-SP), Francelino Pereira (PFL-MG) e Edison Lobão (PFL-MA).

Na sabatina dos indicados, o senador José Fogaça (PMDB-RS) indagou a Rodas sobre o recente processo de fusão de duas cervejarias avaliado pelo Cade, em que o principal argumento era o fortalecimento das empresas para enfrentar a concorrência internacional. Rodas afirmou que é preciso, antes de tudo, preservar a concorrência interna.

Respondendo ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Campilongo lembrou que um quarto das

OS NOMES APROVADOS (*)

PRESIDENTE



João Grandino Rodas
Juiz federal aposentado. Formado em Direito, Letras e Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP), tem mestrado em Direito pela Harvard Law School (EUA).

O CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, tem como atribuição prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica, orientado pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico

CONSELHEIROS



Thompson Almeida Andrade
Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É doutor em Economia pela Universidade de Londres.



Celso Fernandes Campilongo
Doutor em Direito pela USP, é autor de seis livros sobre Filosofia e Teoria Geral do Direito.



Afonso Arinos de Melo F. Neto
Formado em Engenharia Civil pela PUC-RJ, é mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, da qual é professor assistente.

(*) Os indicados ainda precisam ser aprovados pelo Plenário do Senado.

fusões analisadas nos últimos anos pelo Cade derivou-se de fusões externas. Segundo disse, o componente internacional deve também ser observado. Ainda em resposta ao parlamentar, Rodas afirmou ser favorável a que os conselheiros egressos do Cade passem por uma

quarentena antes de ingressar na iniciativa privada.

A CAE aprovou ainda requerimento apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando nova exposição dos conselheiros, que tiveram o nome aprovado, dentro de 90 dias, quando já

estarão integrados ao funcionamento do órgão. Antes, Rodas respondera a Simon que a institucionalização do Cade, com a consequente contratação de pessoal para a entidade, é uma das metas de seu mandato, com duração de dois anos.

Restrição a crédito originado de royalties passa em comissão

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR) ao projeto de resolução de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que restringe créditos a estados e municípios referentes a antecipações de receitas originadas de royalties. Devido à controvérsia em torno do tema, foi necessário acordo para que o projeto fosse votado. Ficou acertado que a antecipação das receitas será possível desde que os recursos sejam destinados exclusivamente à capitalização de fundos de previdência de servidores estaduais e municipais. O substitutivo



Osmar Dias quer restringir a antecipação ao mandato do governante

aprovado será ainda votado pelo Plenário do Senado.

As operações, no entanto, devem se restringir ao tempo de mandato do governante que as negociar. Poderão exceder o período de mandato apenas as antecipações destinadas ao pagamento de novas aposentadorias de servidores. Nesse caso, deverão ser respaldadas por cálculos atuariais das previdências estaduais, por sua vez confirmados pela Previdência Social do poder central. Todas as operações deverão ser aprovadas pelo Senado Federal.

O projeto original proibia qualquer antecipação que extrapolas-



Acordo na CAE permitiu a aprovação do projeto, de autoria de Antonio Carlos Valadares

se o mandato do governante e obteve parecer favorável do senador Osmar Dias. Segundo o relator, apenas os royalties devidos ao estado do Paraná derivadas da Usina de Itaipu chegariam a R\$ 3 bilhões. A negociação para uma nova redação foi proposta pelo líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que pediu desculpas aos integrantes da CAE por não ter devolvido em tempo hábil o projeto, do qual pediu vista em reunião da comissão realizada há 20 dias.

O autor do projeto agradeceu o empenho do relator e do líder do governo para a aprovação do texto final. O senador José Fogaça

(PMDB-RS) opinou no mesmo sentido. Já Arruda salientou que a proposta, agora, está inserida na mesma linha da Lei de Responsabilidade Fiscal, recentemente aprovada pelo Senado.

O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) ressaltou seu direito de apresentar duas emendas de Plenário ao projeto, se até lá as considerar pertinentes. A primeira pretende proibir a cobrança de juros com taxas superiores às cobradas das dívidas públicas. A segunda prevê a contrapartida dos estados e municípios na aplicação dos recursos antecipados. Já o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) votou contra a medi-

da, por entender que ela não solucionava a situação de seu estado, que tem 35% da folha de pagamento comprometida com servidores inativos e restam apenas dois anos e meio de mandato para o atual governador, José Ignácio.

PRECATÓRIOS

A CAE aprovou também parecer do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) determinando o envio de comunicação, ao governo do estado de Santa Catarina e ao Banco Central, do cancelamento de R\$ 402,8 milhões em Letras Financeiras do Tesouro estadual emitidas para o pagamento de precatórios.

CCJ analisa legalidade do processo contra Luiz Estevão

Os 23 senadores que integram a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se reúnem hoje, a partir das 10h, para se manifestar sobre o relatório apresentado na segunda-feira pelo senador Romeu Tuma

Está marcada para as 10h de hoje a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) destinada à votação do relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que concluiu pela inexistência de falhas legais no processo – originário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – que recomenda a cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). São necessários 12 votos, dentre os 23 senadores da CCJ, para a aprovação do relatório, que, nesse caso, seguirá para apreciação do Plenário.

Como a matéria foi objeto de pedido de vista coletiva na reunião realizada na noite da última segunda-feira pela CCJ, existe a possibilidade de os senadores terem de apreciar também algum voto em separado que venha a ser apresentado ao relatório oferecido por Tuma. Esta é, por sinal, a previsão do relator.

– Penso que, já que o presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), fez um pedido nominal de vista do processo, talvez apresente algum voto em separado, pedindo o retorno da representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com o argumento de que seja concedido mais prazo para a manifestação da defesa – disse Tuma.

Para ele, a defesa de Luiz Estevão não deverá apresentar questionamentos diferentes daqueles que já solicitou.

– O único ponto que, mesmo tendo sido analisado por mim no relatório, poderá voltar a ser debatido é quanto ao fato de os atos do senador



Agripino: senadores poderão encaminhar os votos, desde que sem avaliar o mérito...



...do processo iniciado no Conselho de Ética, pedindo a cassação do mandato do senador Luiz Estevão

Luiz Estevão terem sido praticados anteriormente ao mandato, o que é verdade. Mas, ainda assim, não podemos esquecer que ele faltou com a verdade ao depor na CPI do Judiciário, negando esses fatos, ocorrência que por si só já demonstra quebra de decoro parlamentar – afirmou Romeu Tuma.

Já o senador Jader Barbalho, que coordenou reunião realizada na manhã de ontem pela Executiva do PMDB, informou, por meio de sua assessoria, que não vai se manifestar sobre o assunto por entender que essa será uma decisão que caberá à consciência de cada senador. Disse ainda que a cassação do senador não é uma questão que diga respeito ao partido.

A reunião da CCJ será pública e a votação, nominal e secreta, conforme anunciado pelo presidente da comissão, senador José Agripino

(PFL-RN), que também detalhou o tempo que cada parte terá para se manifestar. O senador Tuma e a defesa de Estevão (representada por seus advogados) disporão, cada um, de 50 minutos. Os senadores – membros titulares, suplentes ou mesmo os que não pertencem à CCJ, bem como o senador acusado – terão, por sua vez, 10 minutos, com direito a apartes. O relator e a defesa, nessa ordem, poderão, se assim desejarem, usar novamente a palavra.

INOVAÇÃO

José Agripino decidiu ainda que, ao contrário do procedimento adotado pelo Conselho de Ética, na CCJ os senadores poderão fazer o encaminhamento de seus votos, desde que restritos aos aspectos legais e técnicos do processo, sendo proibidas as avaliações sobre o mérito.

Para o senador Jefferson Péres

MEMBROS DA CCJ		
Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando		Carlos Bezerra
Renan Calheiros		Agnelo Alves
Iris Rezende		Gilvam Borges
Jader Barbalho		Luiz Estevão
José Fogaça		Ney Suassuna
Pedro Simon		Wellington Roberto
Ramez Tebet		José Alencar
Roberto Requião		vago
PFL		
Bernardo Cabral		Moreira Mendes
José Agripino		Djalma Bessa
Edison Lobão		Bello Parga
Francellino Pereira		Juvêncio da Fonseca
Romeu Tuma		José Jorge
Maria do Carmo Alves		Mozarildo Cavalcanti
PSDB		
Álvaro Dias		vago
Artur da Távola		Pedro Piva
Lúcio Alcântara		Luiz Pontes
José Roberto Arruda		Romero Jucá
Sérgio Machado		Teotônio Vilela Filho
PT-PDT-PSB-PPS		
Antonio C. Valadares (PSB)		Sebastião Rocha (PDT)
Roberto Freire (PPS)		Marina Silva (PT)
José Eduardo Dutra (PT)		Heloísa Helena (PT)
Jefferson Péres (PDT)		Eduardo Suplicy (PT)

(PDT-AM), autor do parecer aprovado pelo Conselho de Ética, as conclusões expostas no relatório de Tuma já eram esperadas, pois o processo realmente não incorreu em falhas legais e jurídicas. Na opinião de Jefferson, no entanto, o encaminhamento de voto, facultado a todos os senadores, seja, talvez, uma “inovação desnecessária”, pois na

CCJ os aspectos que estão sendo considerados dizem respeito apenas ao processamento da representação e não ao mérito da matéria.

O senador Romeu Tuma, dizendo que não poderia prever o resultado da reunião, também expressou opinião contrária à utilização, nesse caso, do recurso de encaminhamento de votação.

Para membros do Conselho de Ética, argumentos da defesa são frágeis

O parecer favorável à perda de mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), aprovado na madrugada do último dia 15 pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, está sendo apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ser remetido a Plenário. A discussão na CCJ se limita aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos do parecer, segundo a Resolução nº 20, de 1993.

Por 11 votos a três, além de uma abstenção, em votação secreta, os integrantes do conselho decidiram acatar a recomendação de cassação do mandato parlamentar de Luiz Estevão por quebra de decoro parlamentar, feita pelo relator, senador Jefferson Péres (PDT-

AM). A reunião, que durou mais de sete horas, foi presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Durante a reunião da semana passada, a principal argumentação apresentada pela defesa do senador Luiz Estevão, elaborada e lida pelos advogados Felipe Amodeo e Rogério Marcolino, consistiu no fato de que, segundo eles, o senador não teve assegurado o direito à ampla defesa, como previsto pela Constituição. Jefferson Péres estranhou as reclamações dos advogados sobre cerceamento da defesa, lembrando que o acusado teve todas as oportunidades para dar suas explicações.

Além de Jefferson, os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Lauro

Campos (PT-DF) e Paulo Souto (PFL-BA) consideraram frágeis as alegações da defesa. Dutra disse que a peça da defesa não passava de “uma série de meias-verdades” que, sob o seu ponto de vista, não explica os diversos negócios irregulares supostamente concretizados pelo senador Luiz Estevão.

Lauro Campos falou que, ao estudar o processo, não conseguiu encontrar explicações para o fato de o senador haver desistido de todos os negócios com o Grupo Monteiro de Barros e ainda assim receber por isso. Souto também estranhou que não tenham sido apresentados documentos comprovando os entendimentos iniciais relativos aos negócios das empresas de Estevão, mas apenas de



Jefferson Péres, relator do caso no Conselho de Ética, estranhou a alegação de que houve cerceamento de defesa

suas finalizações.

Em defesa do representado, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) advertiu para os riscos de realização de “um verdadeiro linchamento público do senador Luiz Estevão e a cassação de um mandato que somente o povo

pode fazer, quando voltar, se assim quiser, às urnas”. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que a representação oferecida contra o senador pelos partidos do Bloco Oposição restringiu-se a questões de disputa política em Brasília.

Começa exame da MP que reduz juros para três regiões

Produtores e cooperativas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste podem renegociar dívidas relacionadas com recursos de fundos constitucionais em condições mais vantajosas, conforme medida provisória que será apreciada pelos parlamentares

A comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória 1.988 tem reunião marcada para hoje, às 10h. A MP, que foi reeditada, reduz os juros dos empréstimos concedidos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a partir de 14 de janeiro de 2000.

Pelo texto, os agricultores que contraíram suas dívidas antes de 13 de janeiro deste ano poderão renegociá-las de modo a se enquadrar na nova regra a partir do dia 14. A taxa de juros para agricultores familiares, suas cooperativas e associações é de 5% ao ano, exceto para os assentados pelo Incra.

As demais taxas de juros insti-

tuídas são: para miniprodutores, 9% ao ano; pequenos produtores, 10,5% ao ano; médios produtores, 14% ao ano; e grandes produtores, 16% ao ano. Os novos juros beneficiam também as cooperativas dos produtores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. São beneficiadas ainda as indústrias, agroindústrias, empresas de infra-estrutura e turismo. Nestes casos, os juros vão de 9% a 16% ao ano.

A medida provisória foi editada porque os pequenos produtores das três regiões mais pobres do país não estavam incluídos no processo de renegociação das dívidas dos agricultores, conforme a justificativa da Presidência da República.

AS TAXAS DE JUROS ANUAIS	
Agricultores familiares, suas cooperativas e associações	5,0% (*)
Miniprodutores	9,0%
Pequenos produtores	10,5%
Médios produtores	14,0%
Grandes produtores	16,0%
Indústrias, agroindústrias, empresas de infra-estrutura e turismo	de 9% a 16,0%

(*) exceto para os assentados pelo Incra.

Os novos juros beneficiam também as cooperativas dos produtores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Pela proposta, os agricultores que contraíram dívidas antes de 13 de janeiro deste ano, poderão renegociar suas dívidas de modo a se enquadrar na nova regra a partir do dia 14.



O senador Geraldo Althoff (à direita) disse que a criação do Parlamento do Mercosul colaborará para o aumento de qualidade nas relações entre os países que compõem o bloco

Comissão do Mercosul recebe parlamentares estrangeiros

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul recebeu ontem a visita de uma delegação de deputados da União Européia para as relações com os países da América do Sul e Mercosul. O objetivo da visita foi esclarecer aos parlamentares brasileiros os termos do convênio de cooperação técnica entre as quatro representações do Mercosul e o Parlamento Europeu, a ser assinado no próximo dia 22, em Buenos Aires, e que deve acelerar a criação do Parlamento do Mercosul.

Durante a reunião, os parlamentares trocaram informações a respeito dos processos legislativos europeu e latino-americano. A delegação, composta por oito membros, é chefiada pelo deputado Antônio Di Pietro, um dos responsáveis

pela chamada "Operação Mãos Limpas", que combateu o crime organizado na Itália.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC), membro da comissão, manifestou a certeza de que a criação do Parlamento do Mercosul, prevista para 2010, colaborará para o aumento de qualidade nas relações entre os países que compõem o bloco comercial do Cone Sul. Althoff disse ainda que o Parlamento do Mercosul será um fórum de debate permanente dos problemas econômicos e políticos da América do Sul, além de um forte instrumento destinado a defender a produção latino-americana, principalmente os produtos agrícolas, que encontram sérias barreiras para entrar no mercado europeu.

CE aprova concessões de rádio e TV e nome para trecho de rodovia

A Comissão de Educação aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que dá o nome de José Vieira de Sales Guerra à ponte sobre o rio Branco, na BR-174, no município de Caracaraí, em Roraima.

Romero Jucá justifica seu projeto destacando que o homenageado era "um homem simples e trabalhador, que dedicou grande parte de sua vida à luta pelo progresso daquela região do estado".

A CE, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), também aprovou nove projetos de decreto legislativo que outorgam ou renovam concessões de emissoras de rádio e televisão. Foi aprovada a renovação da concessão da Rádio Morada do Sol, em Araraquara (SP), e outorgadas permissões para exploração de emissoras de rádio às empresas Ibirá Radiodifusão, na cidade de Ibirá (SP); à Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão, de Pindamonhangaba (SP); ao Sistema de Comunicações Patrocínio Paulista, na cidade do mesmo nome (SP); à Brasil Amazônica Comunicações, na cidade de Redenção, no Pará, e à Rádio Novo Horizonte, de Iateguara,

em Alagoas.

De Minas Gerais, foram aprovadas a renovação da concessão da TV Globo de Juiz de Fora e a renovação da permissão para a rádio da Sociedade Patense de Radiodifusão, na cidade de Patos. Foi também renovada a concessão da Sociedade Rádio Clube de Rondonópolis, na cidade do mesmo nome, em Mato Grosso.

O projeto de lei que pretende garantir aos estagiários condições de trabalho apropriadas foi retirado de pauta.

Jucá propôs nome para trecho da BR-174



A Comissão de Educação votou renovações e outorgas de concessões para emissoras de vários estados

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Debate*: Sen. Artur da Távola e o professor Murilo Ramos, da Universidade de Brasília, falam sobre os meios de comunicação no Brasil
7h30 – *Entrevista*: Sen. Luiz Pontes fala sobre o primeiro emprego
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Paisagens brasileiras: Cidade histórica – Olinda (PE)
9h – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo Após – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – Comissão de Educação (gravado)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

AMANHÃ

1h – *Cidadania*: Sen. Roberto Requião e o representante do Fórum do Voto Eletrônico, Amílcar Brunazo Filho, falam sobre as urnas eletrônicas
2h – *Saúde/Unip*: Futuro da Medicina – 1ª parte
2h30 – *Jornal do Senado*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo em Pirenópolis
3h30 – *Entrevista*: Sen. Pedro Piva fala sobre crescimento econômico
4h – *Jornal do Senado*
4h30 – *Saúde/Unip*: Futuro da Medicina – 1ª parte
5h – *TV Escola* – Paisagens brasileiras: Viver em uma ilha – Fernando de Noronha (PE)
5h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
6h – *Saúde/Unip*: Futuro da Medicina – 1ª parte
6h30 – *Cidadania*: Sen. Roberto Requião e o representante do Fórum do Voto Eletrônico, Amílcar Brunazo Filho, falam sobre as urnas eletrônicas
7h30 – *Entrevista*: Sen. Pedro Piva fala sobre crescimento econômico
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Paisagens brasileiras: Viver em uma ilha – Fernando de Noronha (PE)
9h – *Cores do Brasil*: Folclore maranhense
9h30 – *Entrevista*: Sen. Luiz Pontes fala sobre o primeiro emprego
10h – *Especial: Um Missionário da Floresta*

11h – *Entrevista Especial*: Dr. Elsimar Coutinho
12h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
12h30 – *Revista Brasília*
13h30 – *Cidadania*: Sen. Roberto Requião e o representante do Fórum do Voto Eletrônico, Amílcar Brunazo Filho, falam sobre as urnas eletrônicas
14h30 – *Ciclo de Conferências*: Turismo em Debate
16h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Marajó
17h – *Revista Brasília*
18h – *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão
18h30 – *Entrevista*: Sen. Luiz Pontes fala sobre o primeiro emprego
19h – *Cores do Brasil*: Turismo em Santarém
19h30 – *Cidadania*: Sen. Roberto Requião e o representante do Fórum do Voto Eletrônico, Amílcar Brunazo Filho, falam sobre as urnas eletrônicas
20h30 – *Entrevista*: Sen. Pedro Piva fala sobre crescimento econômico
21h – *Especial: Um Missionário da Floresta*
22h – *Espaço Cultural*: Nilson Chaves
23h – *Entrevista Especial*: Dr. Elsimar Coutinho
0h – *Revista Brasília*

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Comissão de Constituição e Justiça
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Moreira Mendes defende a manutenção do Basa

Para o senador, a intenção do governo de transformar o banco em agência de fomento desconsidera os serviços prestados pela instituição à Amazônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) defendeu ontem a manutenção do Banco da Amazônia (Basa) como agente direto do desenvolvimento regional e manifestou-se contra transformação da instituição em agência de fomento, como pretende o governo. Segundo disse, é preciso que as autoridades econômicas comparem melhor os benefícios trazidos pelo Basa com os aspectos negativos registrados em toda a atuação do banco como impulsionador do desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

– Apesar de ter falhado em alguns procedimentos operacionais ao longo de sua história, o Basa apresenta hoje uma folha inestimável de serviços ao país, ao governo federal e à região amazônica – avaliou.

Em relação a Rondônia, Moreira Mendes disse que a atuação do Basa foi exemplar na promoção do desenvolvimento local. “Basta dizer que, na opinião da quase totalidade dos rondonienses, a história do banco



Moreira: o Basa possui “uma folha inestimável de serviços ao país, ao governo federal e à região amazônica”

confunde-se com a história da terra”, assinalou. O senador destacou ainda o fato de o Basa ser o responsável, há dez anos, pela gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), e de ter investido, só em Rondônia, cerca de US\$ 304 milhões.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse conhecer o que chamou de “os pecados” do Basa, mas, mesmo assim, manifestou-se contrário à privatização ou extinção do banco. Para ele, a medida pode ser o início do desmantelamento do sistema financeiro oficial, começando pelo

Banco do Nordeste e acabando na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) classificou o pronunciamento de Moreira Mendes como “o discurso da região amazônica”. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) destacou a “ação efetiva” do Basa junto ao pequeno produtor e disse que a intenção real do governo é enfraquecer a Amazônia. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse conhecer pouco a história do Basa, mas assinalou que o discurso de Moreira “é um grito de guerra, e alguém tem que ouvir”.

Luiz Pontes fala à TV Senado sobre estímulo ao primeiro emprego

A TV Senado apresenta hoje, às 3h30 e às 7h30, entrevista com o senador Luiz Pontes (PSDB-CE), relator do projeto de lei que institui estímulo ao primeiro emprego e ao emprego para pessoas com mais de 40 anos de idade, aprovado na última reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Entre as medidas de estímulo está prevista a redução de encargos sociais aos empregadores que contratarem empregados com idade entre 18 e 25 anos e que nunca tenham tido registro em carteira profissional nem contrato regular de trabalho. O benefício valeria também para quem contratar pessoas com idade superior a 40 anos.



Luiz Pontes

Controle social dos meios de comunicação é tema de entrevista

O controle social dos meios de comunicação é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje à 1h e às 6h30. Os convidados do programa são o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e o diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Murilo Ramos.

Entre os assuntos abordados pelos convidados está a necessidade de instalação do Conselho de Comunicação Social, considerado um dos mais modernos instrumentos de controle da radiodifusão, criado pela Constituição de 1988 como órgão auxiliar do Congresso Nacional. O conselho teria entre suas atribuições a outorga de concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão.



Artur da Távola

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES RECEBE GRUPO COMUNITÁRIO DO PARANÁ



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do grupo Alegria de Viver, movimento de mulheres de Capanema (PR) que desenvolve atividades de solidariedade e ações comunitárias.

De acordo com Nair Greber, presidente do grupo, a comitiva tinha interesse em conhecer Brasília e visitar o Congresso Nacional. No Senado, as participantes do grupo quiseram cumprimentar o presidente da Casa, além dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Plano contra violência é "válido", afirma ACM

Presidente do Senado observa que o governo aceitou, em parte, sua proposta de uso das Forças Armadas quando decidiu integrar os militares às ações contra roubo de cargas nas estradas e de patrulhamento das fronteiras

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, voltou a defender, ontem, o uso das Forças Armadas no combate à violência. Ele reconheceu, porém, que o presidente Fernando Henrique Cardoso está "interessado em encontrar uma saída para a questão da violência". O senador considerou válido o Plano Nacional de Segurança Pública, apresentado ontem pelo governo.

— Evidentemente não é um plano completo, e deve esperar também a colaboração de todos nós — afirmou, acrescentando que o governo está aceitando, em parte, sua proposta de uso das Forças Armadas. No plano apresentado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, as Forças Armadas intensificarão o patrulhamento nas fronteiras e integrarão as ações contra a violência nas estradas e contra o roubo de cargas, mas estão excluídas de ações de rua.

Antonio Carlos disse, ainda, que não podem faltar verbas para segurança pública. "A área econômica não pode preponderar. A segurança do cidadão é mais importante do que os números que se queiram apresentar do ponto de vista financeiro", disse.



Antonio Carlos: segurança do cidadão é mais importante do que os números da área econômica

GREGORI

O presidente do Senado recebeu ontem o ministro da Justiça José Gregori, que lhe entregou o Plano Nacional de Segurança Pública, conjunto de ações do governo para o combate à violência. O senador se disse satisfeito com as informações prestadas pelo ministro a respeito do programa. Gregori garantiu ao senador que não faltarão verbas para a implementação do plano, que, de acordo com o ministro, contará com R\$ 700 milhões para a sua execução. Ele anunciou ainda que o projeto estará disponível na Internet e que o governo está aberto a ouvir a sociedade e o Congresso.

Providências anunciadas são insuficientes, alerta Suplicy

O Plano Nacional de Segurança Pública, anunciado ontem pelo presidente da República, é "extraordinariamente insuficiente", na avaliação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Para ele, as medidas divulgadas pelo governo federal não atingem o problema da violência, uma vez que o número crescente de homicídios registrado no país "está estreitamente relacionado à não resolução dos problemas sociais".

O presidente Fernando Henrique Cardoso, disse Suplicy, não está percebendo o quanto é urgente transformar a realidade socioeconômica brasileira, para assegurar um aumento do número de empregos. A absoluta falta de condições de sobrevivência digna, afirmou o senador, explica o fato de que, entre 1979 e 1998, o crescimento dos assassinatos tenha sido sete vezes maior do que o da população nacional.



Suplicy: violência cresce porque o país não resolve seus problemas sociais

Suplicy lembrou que, ao despedir-se do Senado, Fernando Henrique reconheceu que a sociedade brasileira tinha pressa na superação das injustiças que a caracterizam. O presidente da República, segundo o senador, não estaria percebendo que a construção de uma sociedade mais justa no Brasil passa necessariamente pela solução de graves problemas sociais que não são passíveis de correção com iluminação pública e proibição de porte de armas.

Alcântara espera que a sociedade se envolva no esforço por segurança

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou as providências anunciadas ontem à tarde pelo presidente da República através do Plano Nacional de Segurança Pública para conter o aumento da violência. Com o anúncio do plano, disse o senador, o governo federal pretende implantar o Sistema Nacional de Segurança Pública, estruturado para integrar as ações dos governos federal e estaduais em torno de um programa comum.

— O conjunto de medidas só poderá ter êxito se envolver a sociedade, pois o que de pior pode acontecer ao Brasil é a desintegração social e a falta de uma idéia de Estado, que resultam da ação do crime organizado e do narcotráfico — analisou.

Entre as medidas incluídas no anúncio presidencial de ontem, Lúcio Alcântara salientou a criação do Fundo de Segurança Pública, a implantação de um amplo programa de treinamento das forças policiais, a convocação de concurso para preenchimento de vagas na Polícia Federal



Alcântara destacou a criação do Fundo de Segurança Pública para treinamento de policiais

e medidas que propiciem a ação conjunta e coordenada das polícias civis e militares. Enquanto tramitam no Senado projetos que proíbem a venda de armas, o governo cogita suspender a concessão de porte de armas por um determinado período, afirmou o senador.

Constam ainda das providências de iniciativa do governo federal, segundo explicou Alcântara, um programa de ilumina-

ção pública, o encaminhamento ao Congresso de projetos de lei modificando o Código Penal, ampliação de penitenciárias, criação de um serviço de informações sobre violência rural, realização de campanhas de mobilização popular, utilização das Forças Armadas para cumprimento de tarefas específicas e ações concentradas da Polícia Federal em cidades com violência mais intensa, como Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória e Recife.

No caso do programa de iluminação pública, Lúcio Alcântara observou que será necessário enfrentar o problema do seu custeio por parte das prefeituras municipais, muitas delas impedidas de cobrar taxas para tal. Nesse sentido, o senador chamou atenção para projeto que institui a cobrança dessa taxa, em tramitação no Senado.

Alcântara informou que apresentará hoje projeto de lei para autorizar a infiltração de agentes especializados em quadrilhas do crime organizado, conforme a experiência americana em que o senador se inspirou.

Tuma apóia integração de municípios à luta antidrogas

Ao registrar o lançamento da Semana Antidrogas realizado ontem pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Mendes Cardoso, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a integração dos municípios no combate às drogas.

— Perguntam o que os municípios podem fazer no combate ao uso e tráfico de drogas no Brasil. Eu respondo: se a guarda municipal tiver uma formação ético-profissional que permita oferecer orientação no que diz respeito ao significado do uso de drogas, e se dentro da estrutura montada nas escolas puder impedir a atuação do pequeno traficante com crack ou outras drogas, já estará prestando um importante trabalho —

explicou Romeu Tuma.

O senador também elogiou a qualidade das cartilhas que foram apresentadas durante o lançamento da Semana Antidrogas e que serão distribuídas aos pais abordando a importância da família na luta contra o uso das drogas. Ele falou ainda sobre a situação crítica da fiscalização que hoje é feita na fronteira da região amazônica e também em Mato Grosso, impossibilitando um controle mais efetivo que possa impedir o avanço do narcotráfico no país.

Segundo Tuma, experiências internacionais indicam que somente a repressão não resulta em menor pressão dos consumidores de drogas para a obtenção do produto. Ele registrou a importância de iniciativas e eventos que busquem a prevenção,



Tuma registrou a importância de eventos que busquem a prevenção do uso de drogas

como o Dia Internacional contra o Uso de Drogas, que transcorrerá na próxima segunda-feira.

Estiveram presentes à solenidade de lançamento da Semana Antidrogas, realizada no Palácio do Planalto, ministros militares, os comandantes militares e os atletas da Seleção Brasileira de Natação.